

# MOBILIZAÇÃO BÉLICA NA MODERNIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-FILOSÓFICA DO PAPEL DA GUERRA NA FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

WARFARE MOBILIZATION IN MODERNITY: A  
HISTORICAL AND PHILOSOPHICAL  
PERSPECTIVE ON THE ROLE OF WAR IN THE  
EMERGENCE OF THE MODERN STATE.

Maurício G. Righi\*

**Resumo:** Compreender o papel central da condução da guerra na formação do Estado, em suas instituições e moral, é fundamental para que se tenha uma devida apreensão não só das categorias políticas envolvidas, como também da própria mentalidade de uma época. O artigo propõe uma exposição esquemática de certos aspectos da metodologia moderna de guerra, contrapondo-a com a mentalidade arcaica. O objetivo é sublinhar uma dialética da violência articuladora de ambas as realidades, para que possamos iniciar uma reflexão sobre a duplicidade moral de nossas categorias políticas em seus empenhos pela paz.

**Palavras-chave:** Guerra total. *Ethos* guerreiro. Modernidade. Arcaico. Comanches.

**Abstract:** The central role of warfare in State formation, considering its institutions and moral principles, is a key element for a proper understanding of not only the political categories, but also for a due grasp of the spirit of an age. This article submits a schematic exposition of certain modes present in modern warfare methodology, contrasting it with the archaic warfare mode. The main purpose is to emphasize a dialectics of violence, which articulates both realities, so we can begin a debate on the moral duplicity of our political categories in their relation with peace endeavors.

**Keywords:** Total war. Warrior ethos. Modernity. Archaic. Comanches. USA. Japan. France.

Dentre os disparates do alto comando japonês na Guerra do Pacífico, de dezembro de 1941 a agosto de 1945, em que se destacam os ataques *kamikaze* e *banzai*, resquícius vivos do *Bushido*, há um contrassenso que, por sua contraproducência evidente, impressionou os militares

---

\* Historiador pela USP. Doutorando em Ciência da Religião pela PUC-SP. E-mail: maugrighi@gmail.com.

norte-americanos de modo especial: o suicídio ou assassinato interno de oficiais japoneses, especialmente generais, quando sofriam derrota ou na iminência desta. Do ponto de vista norte-americano, essa arrogância marcial, interpretada como insensatez de um fanatismo guerreiro, sinalizava uma fraqueza estrutural do psiquismo nipônico. Tratou-se, em certa medida, de uma observação perspicaz do oficialato norte-americano. Com efeito, sabemos que os *ianques* fizeram bom proveito desse “contrassenso”, tanto para difamar os japoneses, atribuindo-lhes um fanatismo enlouquecido, quanto para avançar um plano de guerra que justificaria medidas extremas contra “fanáticos”.

O historiador norte-americano Davis Hanson (2002, p. 519) analisa em seus livros essa *irracionalidade* militar arcaica e conclui que

almirantes brilhantes ainda são necessários depois que seus navios explodem. Pilotos experientes são mais valiosos como instrutores do que como bombardeios suicidas [...] e a experiência de generais talentosos é perdida quando cometem *haraquiri*.

O cineasta japonês Akira Kurosawa (1980) diz algo semelhante, ainda que de modo poético, em “*Kagemusha – A Sombra de um Samurai*”, obra-prima do cinema, em que há uma reflexão sobre essa tragédia: o *Bushido*, seu alto custo humano e sua ingenuidade desastrosa frente à volúpia da modernidade (e suas ferramentas).

Nas guerras modernas, um processo de desenvolvimentos institucionais e técnicos que tomou séculos, de *Kagemusha* a Hiroshima, códigos e práticas militares de antanho foram derretidos na forja de uma siderurgia bélica nada menos que apocalíptica, em que se alvejou, em primeiríssimo lugar, a aristocracia militar – esta foi realmente aniquilada pela soldadesca moderna. Diante desse novo rosto marcial, produzido em fábricas e escritórios, ocorreu o declínio irreversível da aristocracia nobiliárquica, em sua força simbólica e aparato político, uma das mais antigas instituições do mundo, a base mesma da política ao longo da história.

Tratou-se de uma lição que foi compreendida dolorosa e forçosamente, em especial pelos que tardaram em percebê-la, como foi o caso dos japoneses. Nenhuma honra militar ou tradição marcial subsistiria ao avanço dos novos meios de mover guerra. Na época do ataque a Pearl Harbor, sabemos que os japoneses haviam incorporado *parte* dessa nova dimensão da guerra, mas ainda lhes faltava certa proficiência no tema do conflito moderno, faltava-lhes o doutoramento na percepção definitiva de que a morte da cavalaria fora uma perda menor, apenas um acessório a esconder o corpo insepulto do verdadeiro cadáver: o heroísmo guerreiro.

Sabemos também que René Girard (2011) discorreu sobre a morte irreparável – no mundo moderno – da honra marcial vivificada no imaginário heroico. Seu último trabalho, *Rematar Clausewitz: além da guerra*, foi, sobretudo, uma reflexão sobre as bases miméticas desse processo inevitável de dissolução e escalada. Mas, antes de contarmos com os recursos antropológicos de Girard, ilustremos um pouco mais o quadro nesse trânsito técnico-institucional entre o arcaico e o moderno.

Num ensaio histórico instigante, embora em tom mais jornalístico que analítico, não obstante riquíssimo do ponto de vista antropológico, S. C. Gwynne (2010) recupera as chamadas

“guerras de fronteira” do Meio-Oeste norte-americano. Em *Empire of the summer moon*, há descrições detalhadas de como os colonos texanos mediram forças com os indígenas, durante a segunda metade do século XIX, principalmente com os comanches, no que talvez tenha sido um embate final (e decisivo) entre instituições militares arcaicas e modernas em solo norte-americano.

Nessa recuperação de Gwynne (2010), e seu livro é fartamente fundamentado em fontes de época, há duas características que se sobressaem ao nosso argumento: a concomitante crueldade e ingenuidade dos índios, num paradoxo aparente. Em grau substancialmente menor e oitenta anos mais tarde, os norte-americanos também ficariam impressionados com a ingenuidade/crueldade dos japoneses. Não se trata, na avaliação desses casos, de mero discurso do vencedor, embora isso também se faça presente, principalmente na condescendência costumeira do vencedor moderno diante das crueldades guerreiras do “bom selvagem”, condescendência essa que se aplica, sobretudo, após a completa sujeição deste, o que acarreta, nesse caso, uma maior tolerância histórica aos excessos e atrocidades dos indígenas. Com efeito, a história político-militar moderna tende a ser mais tolerante com os que essa avalia como as *vítimas* mais atrasadas do ponto de vista técnico e institucional, justamente aquelas consideradas mais derrotadas entre os derrotados.

O inverso também ocorre, e há, via de regra, diante do vencedor, um grau de *intolerância* diretamente proporcional ao distanciamento deste em relação à mentalidade heroico-guerreira que o enfrenta. Com efeito, existe farto material primário sobre como japoneses e comanches avaliaram os seus inimigos brancos industrializados, os norte-americanos: viram-nos como *pragmáticos* e *covardes*, *engenhosos* e “*fracos de espírito*”; ou seja, viram-nos como o exato oposto de si mesmos. A avaliação nesses termos, eminentemente depreciativos, foi mais aguda e disseminada entre os indígenas do que entre os japoneses, indicando entre estes uma assimilação desimpedida aos parâmetros da mentalidade moderna. Enfim, foi mais fácil para a sociedade japonesa abandonar o seu *ethos* guerreiro ancestral do que o foi – e tem sido – para as sociedades indígenas.

No transcorrer dos últimos quinhentos anos, houve uma série de encontros fatais entre sociedades culturalmente apartadas em sua relação institucional com a guerra. Numa ironia de proporções cosmológicas, sociedades e povos ancestral e visceralmente ligados ao *ethos* de aristocracias marciais, sociedades de guerreiros, foram, um a um, derrotados e integrados pelo maquinário moral, institucional e psicológico de um grande conjunto civilizatório progressivamente liberto de sua aristocracia guerreira.

Dentro desse conjunto civilizatório, ocorreram, em longa fase formativa, encontros notáveis e deveras ilustrativos desse embate, como se deu, por exemplo, no caso dos arqueiros ingleses contra a cavalaria francesa em *Crécy* e *Azincourt*. O importante, no entanto, é poder observar que na mesma guerra (e essa referência é geralmente esquecida), mas agora em sentido inverso, a nova artilharia francesa desmobilizou a nobreza inglesa encastelada. Os franceses venceram uma longa guerra em que os ingleses, seus inimigos invasores, tinham tudo para vencê-la, mas só o fizeram porque souberam apropriar-se a tempo da vantagem inicial dos ingleses, qual seja, a integração sistemática de parcela importante da sociedade civil no maquinário de guerra. A produção em escala de canhões e outras armas de assalto, realizada protoindustrialmente nas

oficinas das praças e cidades, deu a guerra aos franceses. A mártir Joanna, por certo figura central na tomada de Orléans, teve, não obstante, peso mais simbólico do que prático no desenrolar do longo conflito. Trata-se, creio, de um dado fundamental à filosofia política, mas que é, não poucas vezes, ignorado pelos acadêmicos da área, os quais estão mais propensos ao estudo dos contratos filosóficos, constituições e teorias políticas do que à investigação dos processos históricos de formação institucional e técnica do maquinário de guerra moderno.

Voltando ao livro de Gwynne (2010), é preciso que se note o modo como os indígenas, os comanches especificamente, os quais eram nutridos na ancestralidade de seus mitos e costumes, ignoraram praticamente até o final as consequências desastrosas de suas ações frente ao novo inimigo que se aproximava, um oponente sem muitos compromissos com os imperativos da ancestralidade guerreira, ou seja, um adversário indiferente aos interditos dos antigos deuses da guerra. Com efeito, os indígenas não puderam avaliar o impacto de suas decisões diante de uma cultura que os via pelo avesso, uma vez que tomada pela perspectiva de quem se livrara, quase que completamente, de certas demandas da tradição aristocrático-tribal, enterrando-as na vala comum das superstições desprezíveis ou, no melhor dos casos, dando-lhes sobrevida como ornamento. Os indígenas, pelo contrário, viviam *segundo* a honra e o sagrado guerreiros.

John Hays [o chefe dos *Rangers* que lutavam contra os comanches] aprendeu rapidamente o que, em breve, tornou-se a sua principal vantagem: os comanches eram extremamente previsíveis. Nunca mudavam seus métodos. Eram profundamente tradicionalistas e, igualmente, atolados em preceitos mágicos e curandeirismos. Reagem a uma situação dada – tal como a morte de um chefe guerreiro – sempre e exatamente do mesmo modo. Nos termos dos brancos, eles ficavam facilmente *assombrados*. (GWYNNE, 2010, p. 143).

Do ponto de vista estritamente guerreiro, não havia como comparar a excelência marcial dos comanches a de um *ranger*; menos ainda a de soldados regulares, recrutas e, sobretudo, colonos. Cavaleiros habilíssimos, absolutamente ferozes e aptos ao combate corpo-a-corpo, exímios conhecedores do terreno, das táticas furtivas e ataques-relâmpago, esses guerreiros indígenas, marcialmente admiráveis, sofreram, não obstante, apesar de seus sucessos iniciais, uma derrota definitiva, esmagadora e irrevogável. Ademais, o seu exemplo é clássico, semelhante a tantos outros da história militar moderna.

Não há como defender um resultado de guerra que se explique – em primeiro lugar – pelo desnível técnico entre os armamentos à disposição a cada um dos lados, uma vez que no início da década de 1870 a vantagem decisiva da arma de fogo sobre o arco composto, em confrontos rápidos, apenas *começava* a se tornar de fato fecunda, por meio da introdução dos primeiros *rifles de repetição*, os quais seriam, afinal de contas, contrabandeados aos indígenas. À época, a tecnologia realmente decisiva no palco de guerra das Grandes Planícies era o cavalo, o mustangue, sobre o qual os comanches haviam criado uma espécie de império indígena tardio. O domínio que tinham sobre o cavalo, levando-se em conta destreza pessoal e manobra em conjunto, assombrava tanto os *rangers* quanto o exército. Como então se explica a derrota dos comanches? Antes de articular um princípio de resposta, não custa lembrar que, igualmente, embora considerando as

proporções distintas, a Guerra no Pacífico, *em seu início*, também apontava para uma sensível vantagem *tecnológica e tática* das forças japonesas sobre as norte-americanas.

Os próprios colonos reconheciam abertamente a vantagem marcial dos comanches nas condições desfavoráveis dos territórios de fronteira. Todavia, os primeiros intuíaam com razão que se tratava de superioridade circunstancial, restrita ao cenário das escaramuças e combates isolados; na verdade, viam seus inimigos como inferiores não somente em tecnologia, mas no plano cultural e *moral*, cativos de superstições e condicionamentos míticos. Com efeito, uma vez mais a civilização moderna identificara rapidamente a vulnerabilidade estrutural de seus adversários tribais. Mais decisivo do que o cavalo e o rifle, crescentemente disponíveis aos dois lados, foi o fato de os indígenas, os comanches em especial, serem avaliados como moralmente repugnantes em seus hábitos, vistos como saqueadores bárbaros, sinalizando a luz verde para a adoção de medidas extremas, as quais seriam orquestradas pela sociedade industrial, em que as fronteiras entre comunidade de guerreiros e não guerreiros, entre guerra e paz, são absolutamente flexíveis às circunstâncias. Nesse nível de mobilização, em que todos participam da guerra, num esforço conjunto que incorpora os vários segmentos da vida, o antigo *ethos* guerreiro em suas atribuições, condicionamentos e privilégios “sagrados” torna-se um empecilho ou mesmo uma atividade odiosa.

Os comanches eram completamente inconscientes dos efeitos que isso [uma prisioneira branca, trazida com a face desfigurada pelas torturas que sofrera] tinha sobre os texanos [...] Ele [o chefe comanche] e seu povo viam-se como guerreiros honrados. Para eles, o sequestro de prisioneiros era uma atividade guerreira digna. Do mesmo modo, digno era o tratamento brutal dispensado. Para o chefe, *Spirit Talker*, Matilda [a prisioneira desfigurada] era mero item do butim a ser negociado num resgate. (GWYNNE, 2010, p. 84-85).

A passagem faz referência a um episódio na história dos EUA, o *Council House Massacre* de 1840, em que os comanches, em sua ingenuidade e crueldade características, levaram à cidade de San Antonio uma prisioneira branca que seria devolvida, mas que fora brutalmente torturada, uma rotina, pensando que assim provavam a sua boa-fé e honradez frente aos seus inimigos. O intuito era negociar o resgate de futuros prisioneiros em condições semelhantes. O resultado foi obviamente desastroso para ambos os lados, brancos e índios. Vendo a menina naquela condição, com o rosto desfigurado, os texanos ficaram escandalizados e chacinaram a comitiva indígena (guerreiros, mulheres e crianças), dando origem à guerra em larga escala, a qual acabaria, no futuro, selando o destino desventurado dos comanches.

Observa-se assim uma questão de fundo que expressa certa indissolubilidade entre o universo das representações e narrativas, o universo moral, e o das ações e costumes, o institucional. Percebe-se, entre os comanches, que havia um sério *desconhecimento* moral: certa incapacidade que tinham de censurar a mutilação e tortura de seus cativos de guerra, pois os consideravam, segundo os critérios de seu *ethos* guerreiro, butim a ser exibido, usado, humilhado e trocado. O prisioneiro de guerra era *escravo*, exprimindo de fato o sentido primeiro desse termo. Não haveria nenhum descabimento se colocássemos o enfrentamento entre espanhóis e astecas em

termos estruturais semelhantes. A bem da verdade, creio que seja quase impossível compreender o fenômeno da conquista espanhola, face às circunstâncias históricas em que ocorreu, sem levar em conta essa diferença *moral*, articuladora de vantagens nada menos que decisivas no médio prazo.

Não se está a dizer, no entanto, que o conjunto modernizador desconheceu a tortura e mutilação de prisioneiros como método de guerra, nada disso, mas sim que o *ethos* da modernidade, esvaziando-se dos valores heroicos do arcaico, não mais admitiu, no transcorrer de um processo que tomou séculos, a exibição pública e mesmo, por vezes, a prática de costumes guerreiros absolutamente tradicionais ao universo arcaico. Houve atrocidades até piores do lado dos colonos e do exército norte-americano, mas essas tiveram de ser *ocultadas*. Escravização, mutilação, sacrifício e tortura de prisioneiros tornaram-se atividades extraoficiais ou mesmo ilegais. Nesse cenário, não se associava mais honra e orgulho militar a esse tipo de prática. Aliás, a prática da escravidão – universal na história humana, até então – começava a ser seriamente questionada pela modernidade. A história dos EUA forjou-se inegavelmente nesse embate.

Há, no entanto, o reverso dessa moeda moral. A completa desconstrução humana de um inimigo, que passa a ser visto como absoluta e incorrigivelmente maligno e monstruoso, produz o efeito moralmente reverso de abrir o caminho para a implantação de narrativas que justificam ou recomendam retaliações absolutas, avançando medidas extremas. Conhecemos o exemplo dos castelhanos que identificaram nos astecas, no império destes, o inimigo perfeito para conduzir uma grande mobilização de forças castelhanas e indígenas sob a bandeira da libertação, numa ação conjunta para erradicar o “mal”. No caso do livro de Gwynne (2010), fica claro que, com o passar do tempo, o colono também soube aproveitar-se desse paradoxo – sua crueldade ao mesmo tempo extrema e ingênua, pois franca – para fomentar, pela repugnância moral, o extermínio sistemático, justificando a adoção de medidas absolutamente extremas de mobilização, condutoras de uma guerra total contra os indígenas. Do ponto de vista estrutural, tanto em clave psicológica quanto político-ideológica, o mesmo ocorreu, embora em escala infinitamente ampliada, no caso da guerra contra os japoneses.

Não se está dizendo, todavia, que o universo tribal desconheça a guerra de extermínio. O livro *A guerra antes da civilização*, do antropólogo britânico Lawrence Keeley (2011), fornece inúmeros casos de “guerras de extermínio” entre sociedades tribais, avaliando sua letalidade. O que se faz aqui, no entanto, é sublinhar o *nível* de mobilização na guerra moderna, entendendo-a como ideologia e *práxis* mobilizadoras de *toda* a população civil, disparando a totalização dos meios bélicos, mas os quais sempre haviam sido – em contextos arcaicos – o monopólio da classe guerreira. Essa diferença foi capaz de alterar não só a natureza da guerra, mas também a do Estado, gerando, em casos mais graves, uma verdadeira “mobilização do espírito” de toda a sociedade, como explicita Richard J. Evans (2017) ao discorrer sobre o nível de comprometimento total dos alemães com o maquinário institucional, técnico e simbólico do partido de/para a guerra, durante a formação do III Reich.

Os *carpet bombing*, de 1945 – executados sobre sessenta e quatro cidades japonesas feitas de madeira e papel e habitadas basicamente por velhos, mulheres e crianças, mas sobre as quais foram despejadas milhares de toneladas de *bombas incendiárias*, num nítido empreendimento

genocida, e assim interpretado por seu idealizador, o general Curtis LeMay – explicitam a exata medida desse significado moderno de mobilização para a guerra total contra um inimigo que “precisou” ser erradicado. Hiroshima e Nagasaki foram somente o toque final, absolutamente devastador, desse empreendimento de liquidação do inimigo odioso, aniquilando suas bases econômicas, morais, sociais e humanas, mas que só foi executado após uma desconstrução metodicamente implantada da humanidade do povo japonês, caracterizando-o, mais e mais agudamente, como portador de uma monstruosidade essencial. Novamente, não se diz que os japoneses fossem inocentes, muito pelo contrário, uma vez que aplicaram métodos semelhantes – ou mesmo piores – com seus vizinhos menos civilizados; melhor dizendo, menos desenvolvidos no plano institucional e técnico da modernidade.

A questão que se coloca não se destina, portanto, a sentenciar prováveis responsáveis pelo estado de beligerância e mortandade em que vivemos, mas avaliar a atividade guerreira em suas transformações modernas, principalmente a forma como o *ethos* guerreiro, cuja origem na história retrocede aos recessos paleolíticos, foi deslocado, tanto simbólica quanto institucionalmente, para formas absolutamente alinhadas com a sociedade industrial e de massas.

O leitor atento talvez já antecipe que, nessa discussão, caminha-se sobre uma dialética da crueldade guerreira, *arcaica e moderna*, em cuja síntese identifica-se um movimento que soube transfigurar os antigos deuses da guerra em novas bases e justificativas, ressacralizando a violência nos termos cosmológicos da modernidade, tornando-a absolutamente transcendente em sua funcionalidade, pois é agora livre dos impedimentos e constrangimentos de uma classe específica, a qual detinha o seu monopólio. Por outro lado, tratou-se de um processo no qual a violência precisou ser mais e mais justificada para que pudesse ser aplicada. O antigo *ethos* guerreiro tinha na violência marcial uma virtude, um fim em si mesmo, atividade nobre e sacralizada; agora, no *ethos* moderno, essa violência encontra-se despersonalizada nas políticas de Estado, e necessita de arregimentação e participação de todo o corpo social para que se legitime, o que a torna, ao mesmo tempo, mais controlada e invasiva.

Conforme se vê, temos a descrição de uma faca moral de dois gumes, aplicada ao âmbito da propagação e disseminação da violência marcial. Por um lado, o *ethos* moderno coibiu ou mesmo eliminou formas absolutamente cruéis de tratamento, especificamente aquelas ligadas ao orgulho, vaidade e cupidez guerreiros em seus triunfos, butins e escravos, deixando, em seu lugar, um heroísmo militar residual e progressivamente enfraquecido; por outro, todavia, esse mesmo *ethos* pôs em movimento o conceito de guerra absoluta, disseminando métodos totalitários de mobilização e condução bélicas, fazendo da guerra uma atividade para todos, solicitando um envolvimento absoluto do corpo social nas atividades de guerra.

O que a teoria mimética tem a nos dizer sobre esse paradoxo? Em seu último trabalho, *Rematar Clausewitz: além da guerra*, René Girard (2011) discorre sobre a guerra moderna como sinal apocalíptico, como método condutor de uma escalada aos extremos, criando cenários crescentemente indiferenciados de guerra absoluta, em que se articulam crises de violência sistêmica progressivamente disseminadas e difusas. Essa ampliação do território de guerra para todas as esferas da vida social suscitaria o surgimento de uma insurreição sem fim no seio da modernidade, ao longo da qual Girard vislumbra a construção de uma *guerra civil* de proporções

mundiais.

Há nele [em Clausewitz] simultaneamente uma atração e uma repulsa pela guerra. Mas até esse vai e vem é teorizado. Clausewitz chega assim a manter ao mesmo tempo uma esperança totalitária e uma prudência política [...] Clausewitz vislumbra o motor essencialmente recíproco daquilo que Heidegger posteriormente chamará de “configuração do mundo pela técnica”, uma corrida que nada tem a ver com a epifania hegeliana do Espírito. Pelo contrário, a escalada aos extremos impossibilita qualquer reconciliação. (GIRARD, 2011, p. 81).

Nesse excerto, Girard examina o ponto central de nossa discussão. A modernidade, em seu impasse dialético com a violência, *simultaneamente* atrai e repudia a guerra, num movimento pendular que tende a recrudescer – e ao mesmo tempo – as exigências de paz e os métodos de guerra. Nunca a humanidade foi – de uma só vez – tão pacífica e tão violenta, e aqui não se faz distinção entre as partes visivelmente pacíficas das partes violentas, mas justamente o contrário: o pacifismo mais empedernido pode gerar – ainda que a sua revelia – os métodos mais cruéis de retaliação. Tomemos uma ilustração perfeita, no âmbito aqui discutido. No livro de Gwynne (2010, p. 223 e p. 241) sobre o império fugaz dos comanches nas Grandes Planícies, toca-se num ponto delicadíssimo, mas fundamental em nossa discussão:

Havia algo mais, também, que contribuía com essa falta de vontade para que se interrompessem as incursões indígenas na fronteira oeste. Tratava-se especificamente da crença arraigada, compartilhada entre muitas pessoas na costa leste civilizada, de que as guerras contra os índios tinham como principal responsável o homem branco. A ideia dominante era a de que tanto os comanches quanto outras tribos causadoras de problemas viveriam em paz caso fossem tratadas de modo apropriado [...]. Desde o início, o plano foi um desastre, uma política menos coerente do que um convite à guerra aberta. O seu problema mais básico era essa política de paz que recompensava a agressão e punia a boa conduta. Os indígenas perceberam que as suas guerras mais violentas sempre terminavam com alguma espécie de tratado [...] Ficaram convencidos de que a forma mais fácil de adquirir dinheiro e bens era, segundo as palavras de Tatum, “seguir o caminho da guerra por um tempo, matar um punhado de brancos, roubar-lhes os cavalos e mulas, e, então, fazer um armistício, um tratado em que pudessem receber muitos presentes e suprimentos” [...] Quando os indígenas se comportavam bem, limitando suas incursões e saques, não conseguiam nada.

No caso, fica claro que a predileção inicial pela paz, uma ideologia disseminada entre os grupos intelectualizados e urbanos, fomentou um clima generalizado de impunidade frente aos saques e incursões indígenas nas regiões de fronteira, o que só fez aumentar, por sua vez, o ódio dos colonos frente aos seus agressores. A Europa liberal pacifista do período entreguerras, 1919 a 1939, viveria dilema análogo diante das sucessivas agressões e exigências de nazistas e fascistas. Com efeito, muitos historiadores e analistas já se perguntaram, em retrospecto, é claro,



se uma intervenção militar francesa durante a remilitarização da Renânia, em 1936, não teria evitado o desastre absolutamente catastrófico da Segunda Guerra Mundial.

O livro de Gwynne (2010) não é, em absoluto, um libelo contra os comanches. De fato, a responsabilidade mais grave sobre a tragédia reincide – na obra – sobre os ombros da modernidade, ou seja, sobre os ombros dos norte-americanos. Em sua fratura existencial, em sua dessacralização *parcial e dúbia* da violência, a modernidade adia a pequena violência, hoje, para promovê-la, amanhã, descomedidamente. A leniência inicial diante dos ataques comanches, os quais se tornaram cada vez mais ousados, frequentes e violentos, só fez aumentar o ódio colonial para com os índios, inflamando ressentimentos. Quando o dique das paixões estourou, os indígenas sofreram uma retaliação brutal e desproporcional. A sociedade “pacífica” e civil de rancheiros, colonos e cidadãos organizou-se para exterminar uma sociedade de guerreiros. E assim o fez. Isso significa que o *ethos* desmilitarizado e civil das sociedades modernas abriga uma contradição que, uma vez provocada, é capaz de propagar uma escalada inimaginável de violências de todos os matizes. Quando a sociedade civil dos colonos convocou os seus militares e foi para a guerra *total* contra os comanches, ela destruiu toda a base econômica destes, provocando não só um desastre humanitário, mas ecológico e ambiental, cujo desfecho foi uma sujeição completa dos indígenas, os quais passaram a ser supervisionados, controlados e subsidiados diretamente pelo governo dos EUA.

Assim, voltamos ao início de nosso argumento em história das instituições e filosofia política sobre o maquinário institucional moderno e sua relação com a tecnologia industrial, em parâmetros absolutamente sérios e catastróficos. O filósofo Eric Voegelin (2014), em *História das ideias políticas* (volume IV), toca nesse ponto ao comentar as motivações de fundo da obra de Maquiavel. Com efeito, a monarquia francesa saíra na frente ao controlar e subsidiar sucessivamente as praças urbanas produtoras de canhões e outras peças de artilharia. Essa nacionalização precoce dos esforços de guerra na França deu-lhe a condição – Maquiavel notou com clareza – de humilhar frequentemente a Itália, submetendo-a com facilidade.

Trata-se de uma história de expropriações, crimes e traições. A narrativa de como a monarquia francesa apropriou-se do monopólio de guerra, de seus meios tecnológicos e financeiros, enfraquecendo a aristocracia guerreira, até então amparada pela nobreza feudal e ordens de cavalaria, tornando-as subservientes ou mesmo as aniquilando, ao mesmo tempo em que se apropriou das regiões livres e centros de tecnologia, é dominada pela ignomínia, a começar pelo reinado de Felipe, o Belo. Tratou-se de um desenvolvimento político-institucional avassalador, que se alastrou, e de modo irreversível, pelos meios dinásticos europeus, tornando-se padrão. De fato, esse é o processo de fundo que responde pelo Estado moderno. A questão, difícil, é avaliar em que medida a modernidade está fundamentalmente envolvida com a violência política, uma vez que tem em suas bases formadoras, como se vê, a conformação de um desejo que foi se assenhorando de *toda* a cadeia de guerra, distribuindo-a e replicando-a em vários setores da vida social, mas sem permitir que nenhum desses setores, em particular, pudesse concorrer ao controle de toda a cadeia, monopólio do Estado nacional/dinástico. O Estado moderno aprimorou-se dessa base, principalmente em versões napoleônicas, estruturando-se nesse paradigma e nos indicando assim uma modernidade fatalmente ligada à violência em

formatos totalizantes e, por vezes, genocidas, o que nos traz, face ao atual desenvolvimento tecnológico, cenários potencialmente apocalípticos. Nesse quadro dramático, creio que uma nova ética, uma ética renovada, terá de impor-se; uma ética pública que nos impeça de mergulhar nessa absolutização da guerra que a modernidade nos trouxe de modo definitivo. “Por toda parte, a política, a ciência ou a religião passaram a colorir de ideologia um duelo que tende a assumir escala planetária [...] De certo modo, essa tendência testemunha uma *superação* da política pela tecnologia” . (GIRARD, 2011, p. 88).

## Referências

EVANS, Richard J. *Terceiro reich no poder*. São Paulo: Crítica, 2017.

GIRARD, René. *Rematar Clausewitz: além da guerra*. São Paulo: É Realizações, 2011.

GWYNNE, S. C. *Empire of the Summer Moon*. Nova York: Scribner, 2010.

HANSON, Victor Davis. *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura – da Grécia Antiga ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

KEELEY, Lawrence H. *A guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem*. São Paulo: É Realizações, 2011.

KAGEMUSHA, a Sombra do Samurai. Direção: Akira Kurosawa. Intérpretes: Tatsuya Nakadai, Tsutomu Yamazaki, Kenichi Hagiwara. Japão. 1980. 1 DVD (2h 59min), son., color.

VOEGELIN, Eric. *História das ideias políticas: Renascença e Reforma*. v. IV. São Paulo: É Realizações, 2014.